

Morlan

Senhores Acionistas: Em atenção às disposições legais e estatutárias, submetemos à consideração dos senhores acionistas as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Permanecemos, outrossim, ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários.

Morlan S.A.

C.N.R.J.n.º 53.309.795/0001-80
RELATÓRIO DA DIRETORIA
Orlândia-SP, 30 de março de 2023

A DIRETORIA.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em reais			
Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7 (a)	129.954.178	122.666.998
Aplicações financeiras	7 (b)	2.257.197	2.093.956
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	8	166.482.122	166.340.777
Estoque	9	268.487.806	257.603.278
Impostos sobre os lucros a recuperar	10 (a)	532.100	12.673.251
Tributos a recuperar	10	18.321.924	30.476.223
		<u>586.035.327</u>	<u>591.854.483</u>
Não circulante			
Tributos a recuperar	10	5.441.304	4.420.143
Outros ativos		963.440	1.820.859
		<u>6.404.710</u>	<u>6.240.802</u>
Investimentos		-	55.971
Ativos de direito de uso		280.033	560.065
Imobilizado	11	228.373.564	218.196.461
Intangíveis		4.857.407	-
		<u>239.915.714</u>	<u>225.053.299</u>
Total do ativo		<u>825.951.041</u>	<u>816.907.782</u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em reais					
Nota	Capital social	Reserva de capital		Lucros acumulados	Total
		Subvenções para investimentos	Reservas de lucros Legal Retenção		
Em 31 de dezembro de 2020	226.899.069	1.047.972	17.767.964	168.067.041	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	240.572.935
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-
Reserva legal	18 (c)	-	12.028.647	-	(12.028.647)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 11,12 por ação ordinária)	18 (b)	-	-	-	(22.854.429)
Reserva legal sobre o capital próprio (R\$ 9,36 por ação ordinária)	18 (b)	-	-	-	(18.078.112)
Constituição de reserva - Retenção	18 (c)	-	-	-	187.611.747
Em 31 de dezembro de 2021	226.899.069	1.047.972	29.796.611	355.678.788	-
Aumento de capital	17 (a)	385.475.399	-	-	385.475.399
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	111.478.018
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-
Reserva legal	18 (c)	-	5.573.901	-	(5.573.901)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 5,49 por ação ordinária)	18 (b)	-	-	-	(10.590.412)
Reserva legal sobre o capital próprio (R\$ 21,48 por ação ordinária)	18 (b)	-	-	-	(41.480.000)
Constituição de reserva - Retenção	18 (c)	-	-	-	53.833.705
		<u>612.374.468</u>	<u>5.573.901</u>	<u>53.833.705</u>	<u>672.830.046</u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 - Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Morlan S.A. ("Companhia") está sediada em Orliândia, Estado de São Paulo, e tem como objeto social e atividade preponderante a produção e comercialização de armas, telas e artefatos. Os principais produtos fabricados são: **(a) Linha agropecuária:** armas para cercas (inclusive elétricas), armas para culturas aéreas, cordoalhas para curral, grampos para cercas, distantes, telas, heparinas e arames para enfardamento. **(b) Linha para construção civil:** arme recortado, pregos e telas para tapume, para segurança e sinalização, e **(c) Linha industrial:** arame galvanizado industrial, arame galvanizado treliado, arame plastificado, arame revestido de nylon, arame cobreado e banda colada. **1.1. Conflito entre Rússia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Nesse contexto, após avaliação de risco, a Companhia não vendeu para o território da Rússia e da Bielorrússia o fornecimento e de venda em razão do conflito internacional entre Rússia e Ucrânia, até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras a administração não identificou impactos decorrentes do referido conflito que pudessem impactar as demonstrações financeiras da Companhia. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão detalhadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), considerando o custo histórico como base do valor e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 30 de março de 2023. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua e opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **(b) Transações e saldos -** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, financiamentos, fornecedores e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos - (i) Classificação e mensuração -** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: **(i)** Mensurados ao valor justo, cujos ganhos e perdas são registrados no resultado do exercício, com exceção da *impairment* aplicada de acordo com o navidez de um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **(ii) Passivos financeiros não derivativos -** A Companhia reconhece os passivos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, financiamentos e outras contas a pagar. **(c) Compensação de instrumentos financeiros -** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e em caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **(d) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros -** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e demais contas a receber e a pagar, que estão registrados no balanço patrimonial ao custo amortizado. **(e) Mensuração do valor justo -** A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de determinar os valores justos e mensurá-los de forma consistente com as informações relevantes exigidas pelo valor justo de um instrumento fornecido pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Os instrumentos incluídos no Nível 2 compreendem instrumentos financeiros derivativos - Swap. **(f) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseados nos dados observáveis pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).** A Companhia não possui instrumentos financeiros incluídos no Nível 3. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a 30 dias ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*). A PDD é registrada em contrapartida da rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Na prática, considerando o curto prazo para recebimento, são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura correspondente. **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de embalagem, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos normais necessários para efetuar a venda. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. **2.7. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais efetuados são mensurados pelo custo amortizado, considerando o índice de atualização aplicável a cada tipo de depósito. **2.8. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e benfeitorias	4 - 6
Veículos	4 - 6
Máquinas e equipamentos	10 - 20
Instalações industriais	10 - 20
Móveis e utensílios	5 - 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. A Companhia não possui bens do ativo imobilizado que espera recuperar o custo, de acordo com os itens a seguir: **(a)** Resultado financeiro - Considera-se, para fins de classificação, como contrato de arrendamento, as operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. **(a) As atividades de arrendamento da Companhia e a maneira como são contabilizadas -** A Companhia arrenda máquinas e equipamentos para a utilização em sua produção, suportes e tanques de nitrogênio. Em geral, os contratos de arrendamentos são realizados por períodos fixos de cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação, conforme descrito no item h) a seguir. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamentos não contém cláusulas rescisórias, nem os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: **(a)** Pagamentos fixos (incluindo pagamentos que podem ser considerados variáveis, mas, em essência, são fixos independentemente de *fixed payments*), menos incentivos de arrendamento e receber. **(b)** Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em algum índice de taxa. **(c)** Valores a serem pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais. **(d)** O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção. **(e)** Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se os termos do arrendamento contemplarem o exercício da opção por parte do arrendatário. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser determinada, a taxa de empréstimo incremental do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos, condições equivalentes e no mesmo período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: **(a)** O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. **(b)** Qualquer pagamento de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. **(c)** Qualquer custos diretos iniciais. **(d)** Custos de restauração. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. **(b) Opções de prorrogação e extinção -** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendatário. Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de extinção. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou não será extinto). Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete tal avaliação e que esteja sob o controle do arrendatário. **2.11. Redução ao valor recuperável de ativos "Impairment":** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)), a Companhia opera uma única unidade geradora de caixa, que compreende a produção e comercialização de armas, telas e artefatos de metal. Não foram identificados indicadores de perda (*impairment*) para os exercícios de 2022 e 2021. **2.12. Financiamentos:** Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil correspondente ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.13. Fornecedoros:** As contas a pagar para fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, assim como saldos a pagar a representantes, salários e encargos sociais, adiantamentos de clientes e outros, sendo classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito de diferir o pagamento de tais obrigações, assim como saldos a pagar a representantes, salários e encargos sociais, adiantamentos de clientes e outros, sendo classificadas como passivo não circulante, a menos que a Companhia tenha um direito de diferir o pagamento de tais obrigações, assim como saldos a pagar a representantes, salários e encargos sociais, adiantamentos de clientes e outros, sendo classificadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.14. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais			
	Nota	2022	2021
Receitas	21	1.183.404.425	1.228.555.374
Custo dos produtos vendidos	22	(92.510.932)	(855.386.475)
Lucro bruto		262.891.486	373.166.899
Despesas com vendas	22	(70.147.945)	(69.294.769)
Despesas gerais e administrativas	22	(54.906.397)	(52.648.975)
Outras receitas e (despesas), líquidas	23	(1.626.221)	76.422.288
Lucro operacional		136.210.923	327.645.443
Despesas financeiras	24	(3.923.209)	(2.036.270)
Receitas financeiras	24	14.961.418	4.791.415
Varição cambial	24	(27.900)	(1.074.565)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		110.110.309	1.647.689
Imposto de renda e contribuição social	16 (c)	14.721.232	329.293.132
Lucro líquido do exercício		95.389.077	1.318.396
Ações em circulação no final do exercício		1.930.753	1.930.753
Lucro líquido básico e diluído por ação	18	57,74	124,60

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais			
	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		111.478.018	240.572.935
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		111.478.018	240.572.935

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada decorrente de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor justo ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Nesse caso, uma provisão é reconhecida mesmo quando se espera que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser desembolsados para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** Os despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos sobre diferentes tipos de provisões decorrentes das bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não puder ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. **2.17. Benefícios a empregados e diretores - Participação nos lucros:** A Companhia oferece a seus funcionários benefício de participação nos lucros calculado com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela administração e contabilizadas na demonstração do resultado. O benefício correspondente é apurado e reconhecido como despesa no final de cada exercício. **2.18. Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. **2.19. Reconhecimento e reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com exceção de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos incidentes sobre as vendas. **(a) Venda de produtos -** A Companhia reconhece a receita e os custos associados de vendas, no momento em que os produtos são entregues aos clientes ou quando o controle dos itens vendidos é transferido para o cliente, ou seja, quando todas as condições de reconhecimento são atingidas. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções). **(b) Receitas financeiras -** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.20. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor de dividendos acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. Na composição dos dividendos mínimos, pode ser imputado, a depender de deliberação da diretoria, o valor de juros sobre o capital próprio. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.21. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: (a) Novas normas e interpretações -** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: **(a) Alteração ao CPC 27 - (Ativo Imobilizado):** a alteração proíbe uma entidade de deduzir o custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **(b) Alteração ao CPC 25 - (Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes):** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **(c) Alteração ao CPC 15 - (Combinação de Negócios):** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. **(d) Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** (i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser usadas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) CPC 05 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de passivos de pagamento de pagamento de arrendamento em arrendamento. A Companhia, após avaliação de seu conteúdo, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **(b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor -** Em 4 de julho de 2022, o CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o vigésimo documento de revisão de normas contábeis. As entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2023, ou seja, não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC. **(a) Alteração do conceito de "estimativas contábeis"** do item 5, dos itens 32, 34, 38 e 48 e do título do item 32 e inclusão dos itens 32A, 32B, 34A e 541 no CPC 23 - "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para esclarecer como devem ser distinguidas as mudanças nas políticas contábeis de diferenças temporárias tributáveis e aplicadas nas transações ou eventos prospectivamente, retrospectivamente e ao período atual. **(b) Inclusão da definição de "políticas contábeis"** no item 7, alterando a letra e do item 10, o inciso ii da letra c do item 114 e dos itens 117 e 122, incluindo os itens de 117A e 117E e 139F e excluindo os itens 118, 119 e 121 no CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, para que na divulgação das políticas contábeis seja as "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas", trazendo a definição e explicação de como identificá-las. **(c) Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e as letras a e b do item 24 e inclusão do inciso (iii) da letra b do item 15, do item 22A, da letra c do item 24, dos itens 98J, 98K e 98L e do exemplo 8 do Apêndice B no CPC 32 - "Tributos sobre o lucro, para requer o reconhecimento do imposto diferido sobre as transações que no reconhecimento inicial dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento). Não há outras normas CPCs ou interpretações IPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo: **(a) Provisão para créditos com liquidação duvidosa -** Referida provisão é constituída com base nos saldos em aberto de determinados clientes e com base na análise individual de cada um. **(b) Imposto de renda e contribuição social -** A Companhia reconhece créditos e débitos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. **(c) Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado -** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Seu valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **(d) Provisão para contingências -** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, civis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. A administração entende que não há julgamentos contábeis críticos na aplicação das normas contábeis para fins de preparação das demonstrações financeiras da Companhia. **4. Gestão de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com o taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes de suas atividades comerciais e operacionais da Companhia, em conjunto com a diretoria. A diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção do ano e em suas estratégias de comercialização. As políticas de gestão de risco refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelos acionistas e diretoria. **(a) Risco de Mercado - (i) Risco cambial -** As operações da Companhia estão expostas ao risco de variação cambial oriundo de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira; de maneira geral, correspondidos pelos ativos e passivos relacionados às exportações de produtos e importação de bens destinados à ampliação no por que fabrica. A principal matéria-prima da Companhia são longos metais, os quais são comprados em seus produtos, também sofrem influência indireta do câmbio no mercado interno em função de estarem relacionados com o mercado internacional do aço. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição cambial da Companhia está relacionada às Contas a receber de clientes (Nota 8) e Contrato de concessão de Garantia em moeda estrangeira (Nota 13) para o financiamento de exportações. A política de gestão de risco cambial estabelece limites para a exposição ao risco cambial das futuras exportações e, de acordo com essa política, a Companhia avalia a necessidade de contratar instrumentos financeiros que protejam a posição**

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais			
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
Ajustes		14.721.232	329.293.132
Depreciação e amortização		18.918.226	15.898.471
Crédito de PIS/COFINS (Nota 23)		-	(79.636.363)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre contas a receber, empréstimos, tributos "sub judice" e arrendamentos		11.010.309	1.647.689
Resultado da baixa de ativo imobilizado vendido		640.721	(466.736)
Provisão para perda de devedores duvidosos (Outras receitas) e despesas, líquidas		(477.347)	(114.393)
		<u>17.721.073</u>	<u>267.012</u>
Varições nos ativos e passivos		-	-
Contas a receber de clientes e outros ativos		(619.691)	(

continuação

com débitos tributários federais próprios, originados na venda de mercadorias. **(a) Impostos sobre os lucros a recuperar** - Em 2022, foram recolhidos antecipadamente o montante de R\$ 532.100 a título de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), esse valor será compensado com impostos sobre o lucro a serem apurados em exercícios seguintes (2021 - R\$ 12.673.251).

	Adiantamentos					Total
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	
Em 31 de dezembro de 2020.....	434.416	27.506.801	114.303.484	1.678.574	4.157.096	14.083.263
Aquisições	-	712.783	36.625.163	1.988.283	1.657.076	14.313.589
Alienações	-	(49.324)	(20.455)	(31.287)	(26.387)	-
Depreciação	-	(2.885.233)	(10.844.439)	(522.647)	(1.361.626)	-
Transferências	-	6.825.273	5.942.737	-	(90.066)	(12.495.950)
Saldo contábil, líquido	<u>434.416</u>	<u>32.110.301</u>	<u>146.006.489</u>	<u>3.112.923</u>	<u>4.336.093</u>	<u>15.900.901</u>
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo total	434.416	53.359.071	294.621.472	7.841.273	18.355.316	15.900.901
Depreciação acumulada	-	(21.248.770)	(148.614.983)	(4.728.350)	(14.019.224)	-
Saldo contábil, líquido	<u>434.416</u>	<u>32.110.301</u>	<u>146.006.489</u>	<u>3.112.923</u>	<u>4.336.093</u>	<u>15.900.901</u>
Em 31 de dezembro de 2022.....	434.416	32.110.301	146.006.489	3.112.923	4.336.093	15.900.901
Aquisições	-	893.013	4.024.821	7.89.326	1.018.589	23.950.319
Alienações	-	-	(194.287)	-	(100.504)	-
Depreciação	-	(3.149.616)	(14.333.137)	(1.038.738)	(1.682.682)	-
Transferências	-	(13.417.411)	41.932.487	-	1.563.665	(13.783.404)
Saldo contábil, líquido	<u>434.416</u>	<u>16.436.288</u>	<u>177.436.373</u>	<u>2.863.511</u>	<u>5.135.161</u>	<u>26.067.816</u>
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo total	434.416	40.834.674	340.059.643	8.427.162	20.735.504	26.067.816
Depreciação acumulada	-	(24.398.386)	(162.623.271)	(5.563.651)	(15.600.344)	-
Saldo contábil, líquido	<u>434.416</u>	<u>16.436.288</u>	<u>177.436.373</u>	<u>2.863.511</u>	<u>5.135.161</u>	<u>26.067.816</u>

Em 2022 e 2021, as obras em andamento referem-se, substancialmente, a ampliação da área industrial da Companhia, estão sendo construídos novos galpões para instalação de máquinas e equipamentos que possibilitarão o aumento da capacidade produtiva além da reforma no telhado da principal unidade industrial, a expectativa de conclusão das obras em andamento é dezembro de 2023 e os investimentos adicionais previstos são de, aproximadamente, R\$ 10.000.000. Além de edificações e benfeitorias, a Companhia também está reformando maquinários e equipamentos industriais, com expectativa de conclusão em dezembro de 2023 e investimentos adicionais de, aproximadamente, R\$ 700.000. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há bens do ativo imobilizado cedidos em garantia de obrigações contratadas pela Companhia.

12. Fornecedores e outras contas a pagar:	2022	2021
Fornecedores diversos	49.874.745	65.327.836
Salários, provisões e obrigações sociais	18.674.700	19.547.667
Instrumentos financeiros derivativos (i)	32.612	-
Contas a pagar a representantes	2.549.495	2.954.379
Adiantamentos de clientes	1.888.092	3.773.562
Comissões a pagar	23.703	438.163
Outras contas a pagar	492.354	427.356
	<u>73.535.701</u>	<u>92.468.963</u>

(i) Os instrumentos financeiros e derivativos são contratados pela Companhia com a finalidade de proteger operações financeiras contra riscos de variações cambiais e taxa CDI nas operações de captação de recursos e, em 31 de dezembro de 2022, refere-se a contrato de Swap para a troca de variação cambial por juros pré-fixados, para o montante (*notional*) contratado de R\$ 20.000.000 (2021 - R\$ 20.000.000). O valor justo desse instrumento financeiro derivativo, classificado como passivo circulante é de R\$ 32.612 (2021 - classificado como ativo circulante é de R\$ 1.323.190). **13. Empréstimos e financiamentos:** Em 31 de dezembro de 2022, refere-se a: • FINAME no montante de R\$ 651.458 (2021 - R\$ 595.213) obtido para aquisição de máquinas e equipamentos e tem incidência de juros em 2022 e 2021 entre 4% e 9,6% ao ano. • Contrato de Concessão de Garantia em moeda estrangeira (dólar) no montante de R\$ 3.353.321 (2021 - R\$ 27.932.428), captados para financiamento de exportação com incidência de juros em 2022 e 2021 entre 1,2% a 3% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o montante em reais equivale à US\$ 642.682 (2021 - US\$ 5.005.363). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam garantias dadas aos empréstimos e financiamentos.

14. Impostos a recolher:	2022	2021
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	3.924.960	5.820.604
ICMS normal e substituição tributária sobre vendas de produtos a outros estados	5.228.230	3.804.401
IRRF sobre ordenados a empregados e diretores e serviços prestados	2.483.982	2.087.397
PIS e COFINS sobre venda de produtos	368.814	70.242
Outros	1.658	751
	<u>12.007.644</u>	<u>11.783.395</u>

15. Provisões para contingências: A Companhia avalia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, as probabilidades de ter contra si a materialização de contingências passivas de naturezas diversas, tais como oriundas de ações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos. Em 31 de dezembro os saldos eram:

	Provisão para passivos contingentes	
	2022	2021
Trabalhistas	1.201.698	1.201.698
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.201.698</u>	<u>1.201.698</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de processos trabalhistas e tributários classificados como passivos contingentes, os quais têm a probabilidade de perda menor que provável conforme avaliação dos consultores jurídicos, e que precisam ser confirmadas por eventos futuros ainda incertos e que estão fora do controle da Companhia, não foram objeto de provisão contábil e são no montante de R\$ 7023.318 (2021 - R\$ 6.171.606). Quando necessário são efetuados depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante referentes aos processos e questões em andamento. **Outras informações - ativo contingente** - Em 2019, a Companhia reconheceu contabilmente o montante de R\$ 16.048.482, correspondente ao valor líquido e certo de créditos de PIS

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda e JSCP	147.221.232	147.221.232	329.293.132	329.293.132
Alíquotas nominais	25%	9%	25%	9%
	<u>(36.805.208)</u>	<u>(13.249.911)</u>	<u>(82.323.283)</u>	<u>(29.636.382)</u>
Tributos sobre adições permanentes				
Multas não dedutíveis, auxílios e donativos	(481.343)	(173.283)	(1.062.331)	(382.439)
Redução dos tributos decorrentes do pagamento de juros sobre o capital próprio	10.370.000	3.733.200	4.519.528	1.627.030
Redução dos tributos decorrentes atualização monetária de tributos e débitos	-	-	10.713.905	3.857.006
Redução dos tributos decorrentes a outras deduções	634.875	228.556	3.750.565	216.204
Total dos tributos no resultado	<u>(26.281.776)</u>	<u>(9.461.438)</u>	<u>(64.401.616)</u>	<u>(24.318.581)</u>

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas - **Morlan S.A.**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Morlan S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Morlan S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades**

e COFINS, conforme o resultado favorável de decisão transitada em julgado em 21 de fevereiro de 2019, a qual reconheceu a exclusão do ICMS na base de cálculo dos referidos tributos e, consequentemente, concedeu à Companhia o direito de compensar os recolhimentos feitos a maior no período de 2001 a 2018 com débitos tributários futuros. Em 6 de setembro de 2019, foi homologado o pedido de renúncia ao direito de promover a execução judicial do crédito tributário reconhecido no título judicial formado nos presentes autos. Tal homologação, possibilitou a habilitação do crédito tributário pela Companhia perante a Receita Federal do Brasil. Quando do trânsito em julgado da ação, o valor atualizado dos referidos créditos tributários apurados pela administração era de R\$ 92.384.229 (R\$ 95.684.845, atualizado à 13 de maio de 2021), que representa o montante total de créditos de PIS e COFINS recolhidos a maior pela Companhia tendo em vista a adição do ICMS em sua base de cálculo. No entanto, a administração da Companhia, com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, e considerando (i) o resultado de da Consulta Interna 13/2018 respondida pela Receita Federal do Brasil, (ii) o entendimento majoritário firmado no julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, e (iii) a existência de julgamentos em andamento do Supremo Tribunal Federal que ainda não tinham definido sobre a modulação dos efeitos dessas ações, bem como sobre qual a parcela do imposto estadual deveria ser excluída da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, entendia haver risco no reconhecimento do valor total do seu direito. Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal, decidiu sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, bem como esclareceu que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS e COFINS é o que é destacado na nota fiscal. Nesse contexto, diante desse novo cenário, a administração da Companhia, com o apoio de seus assessores jurídicos, reconheceu contabilmente o montante dos créditos tributários sobre os quais havia incerteza quanto ao direito líquido e certo da Companhia, no montante de R\$ 79.636.363, os quais estão sendo utilizados para compensação de tributos federais, incluindo débitos de PIS e COFINS sobre vendas de mercadorias. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de créditos a serem compensados é de R\$ 24.468.128 (Nota 10), o qual foi totalmente compensado ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **16. Imposto de renda e contribuição social:**

(a) Natureza dos tributos diferidos:	2022	Reconhecido no resultado	2021
Ativo de imposto diferido			
Tributos diferidos sobre adições temporárias:			
Provisão para contingências ...	408.578	-	408.578
Operações com arrendamento	23.500	(11.989)	35.489
Provisão para perda de investimentos e depósitos compulsórios	-	(301.194)	301.194
Provisão para devedores duvidosos	24.592	(162.638)	187.230
Provisão para obsolescência de estoques	-	(31.136)	31.136
Instrumentos financeiros derivativos	11.088	(438.797)	449.885
	467.758	(945.754)	1.413.512
Passivo de imposto diferido			
Diferença de depreciação para fins fiscais (RTT) (i)	(33.430.192)	(1.949.957)	(31.480.235)

(i) Refere-se à diferença entre as vendas úteis dos bens do ativo imobilizado considerada para fins contábil e fiscal, em razão da alteração da vida útil contábil, conforme descrito na Nota 2.8. **(b) Tributos "sub judice" corrigidos com base na taxa SELIC:**

	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social sobre:		
Compensação acima do limite fiscal, mediante liminar	5.526.360	5.361.960
Dedução da correção monetária do Plano Verão	74.227	72.019
Outras importações	18.804	18.806
Depósitos judiciais (i)	<u>(3.708.215)</u>	<u>(3.524.736)</u>
	<u>1.911.176</u>	<u>1.928.049</u>

(i) Como parte da discussão dos Tributos "sub judice" foi exigido pela justiça depósitos judiciais para manutenção do direito de discussão do processo. **(c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva:**

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda e JSCP	147.221.232	147.221.232	329.293.132	329.293.132
Alíquotas nominais	25%	9%	25%	9%
	<u>(36.805.208)</u>	<u>(13.249.911)</u>	<u>(82.323.283)</u>	<u>(29.636.382)</u>
Tributos sobre adições permanentes				
Multas não dedutíveis, auxílios e donativos	(481.343)	(173.283)	(1.062.331)	(382.439)
Redução dos tributos decorrentes do pagamento de juros sobre o capital próprio	10.370.000	3.733.200	4.519.528	1.627.030
Redução dos tributos decorrentes atualização monetária de tributos e débitos	-	-	10.713.905	3.857.006
Redução dos tributos decorrentes a outras deduções	634.875	228.556	3.750.565	216.204
Total dos tributos no resultado	<u>(26.281.776)</u>	<u>(9.461.438)</u>	<u>(64.401.616)</u>	<u>(24.318.581)</u>

17. Patrimônio líquido: (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social está dividido em 1.930.753 (um milhão novecentos e trinta mil, setecentos e cinquenta e três) ações, das quais 965.377 (novecentas e sessenta cinco mil, trezentas e setenta e sete) são ordinárias, e 965.376 (novecentas e sessenta e cinco mil, trezentas e setenta e seis) são ações preferenciais todas sem valor nominal. Cada ação ordinária conferirá ao seu titular direito a um voto nas deliberações de Assembleia Geral. As ações preferenciais da Companhia não terão direito a voto, mas conferirão aos seus titulares prioridade na distribuição de dividendo mínimo, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária. Em Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 30 de abril 2022, foi aprovado o aumento de capital social para R\$ 612.374.468, por meio da destinação integral da conta Reserva de lucros no valor de R\$ 385.475.399. **(b) Destinação dos lucros** - Aos acionistas são assegurados por dividendos mínimos de 10% do lucro líquido do exercício, após a apropriação da reserva legal. Em 2022, foi registrado o valor de R\$ 10.590.412 (2021 - R\$ 22.854.429), referente a dividendos mínimos obrigatórios, bem como aprovada a distribuição complementar por meio do pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP"), conforme deliberado pela diretoria durante o exercício de 2022, no valor de R\$ 41.480.000 (2021 - R\$ 18.078.112). **(c) Reserva legal e de retenção de lucros** - A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social. O saldo remanescente de lucros acumulados, em 2022 e em 2021, foi transferido para a conta de reserva de lucros - "Retenção" para ter sua destinação final deliberada na Assembleia Geral Ordinária - AGO. **(d) Juros sobre o capital próprio** - Os juros sobre o capital próprio foram calculados de acordo com o artigo 9º da Lei

	Empréstimos bancários Circulante	Não circulante	Passivo de arrendamento	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Caixa e equivalentes, líquidos
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2020	4.012.221	78.211	949.164	5.039.596	(125.963.631)	(120.924.035)
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Novos empréstimos contratados	40.000.000	-	-	40.000.000	(40.000.000)	-
Pagamento de principal	(16.759.990)	-	(284.720)	(17.044.710)	17.044.710	-
Pagamento de juros	(605.593)	-	(84.109)	(589.702)	589.702	-
Outras movimentações	-	-	-	-	25.662.221	25.662.221
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Variações monetárias/cambiais	1.107.456	-	-	1.107.456	-	1.107.456
Transferências para o circulante	(3.508.275)	3.508.275	-	-	-	-
Juros provisionados	585.336	-	84.109	669.445	-	669.445
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	24.931.155	3.586.486	664.444	29.182.085	(122.666.998)	(93.484.913)
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Pagamento de principal	(24.539.539)	-	(315.293)	(24.854.832)	24.854.832	-
Pagamento de juros	(652.681)	-	(53.536)	(706.217)	706.217	-
Outras movimentações	-	-	-	-	(32.848.229)	(32.848.229)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Variações monetárias/cambiais	27.900	-	-	27.900	-	27.900
Transferências para o circulante	3.586.486	(3.586.486)	-	-	-	-
Juros provisionados	651.458	-	53.536	704.994	-	704.994
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	<u>4.004.779</u>	-	<u>349.151</u>	<u>4.353.930</u>	<u>(129.954.178)</u>	<u>(125.600.248)</u>

21. Receita de vendas: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2022	2021
Vendas no mercado interno	1.358.231.755	1.423.384.503
Vendas no mercado externo	66.436.719	64.672.288
Receita bruta	1.424.668.474	1.488.056.791
Impostos e contribuições	(231.991.841)	(252.327.157)
Descontos e devoluções de vendas	(9.272.208)	(7.176.260)
Receita líquida	<u>1.183.404.425</u>	<u>1.228.553.374</u>

22. Despesas por natureza:

	2022	2021
Matéria-prima	692.524.371	653.460.027
Custos com pessoal	123.197.538	120.131.643
Comissões sobre vendas	38.486.951	40.963.287
Manutenções de máquinas, equipamentos e veículos	43.514.933	34.214.405
Despesas com fretes, expedições e viagens	38.064.975	30.147.512
Gastos gerais de produção	34.881.862	28.995.848
Energia elétrica, água e esgoto	24.403.695	22.430.604
Depreciação e amortização	18.918.226	15.898.471
Serviços de terceiros	8.516.747	9.030.654
Propaganda e publicidade	8.013.622	7.172.515
Seguros diversos	5.142.817	4.566.111
Descontos sobre vendas		